

# Perspectivas Econômicas

Volume 7

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Número 1

## O COMÉRCIO NA ECONOMIA GLOBAL PÓS-DOHA



Janeiro de 2002

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

## O Comércio na Economia Global Pós-Doha

*PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS VOLUME 7, NÚMERO 1, JANEIRO DE 2002*

---

Uma nova rodada global de negociações comerciais, chamada "Agenda de Doha para o Desenvolvimento" pelos ministros do Comércio representando os países membros da Organização Mundial do Comércio, detém o potencial de melhorar a vida das pessoas em mais de 140 nações participantes da OMC, especialmente nos países em desenvolvimento.

As negociações, que se iniciam em janeiro de 2002 e devem encerrar-se em 2005, prometem abrir mercados para ampla série de bens e serviços de interesse crucial para os países em desenvolvimento, especialmente a agricultura. Os países mais ricos também prometeram ajudar os países em desenvolvimento a construir a capacidade de participação em negociações comerciais e implementar compromissos assumidos nesses acordos.

A participação dos novos membros da OMC, China e Taiwan, certamente mudará a dinâmica das negociações. A abertura adicional dos seus mercados ao comércio deverá ampliar as grandes reformas econômicas estruturais da China.

Enquanto isso, membros dos dois principais partidos políticos do Congresso dos EUA prometeram acompanhar todas as etapas das negociações da OMC.

Esta publicação eletrônica reúne as opiniões de importantes negociadores norte-americanos, bem como de um membro importante do Senado dos Estados Unidos e um acadêmico, para debater as principais questões que serão negociadas ao longo dos próximos anos.

O vice-secretário de Estado Alan Larson explora o papel crucial desempenhado pelos países em desenvolvimento no lançamento da nova rodada, particularmente em agricultura e propriedade intelectual. Questões de acesso aos mercados industriais e os benefícios de tarifas mais baixas para países em desenvolvimento são os temas de um artigo do subsecretário de Comércio Grant Aldonas. O subsecretário da Agricultura J. B. Penn descreve os objetivos de negociação agrícola dos Estados Unidos em três áreas: acesso aos mercados, concorrência nas exportações e apoio doméstico. James Zumwalt, conselheiro para Assuntos Econômicos da embaixada norte-americana em Pequim, descreve por quê o acesso da China à OMC é bom para todas as partes.

A publicação também inclui um artigo do senador Max Baucus, presidente da Comissão de Finanças do Senado, que é responsável pela supervisão das negociações comerciais, sobre a importância do envolvimento do Congresso na nova rodada de comércio, particularmente com relação ao meio ambiente e à legislação norte-americana antidumping.

Finalizando, Jeffrey Schott, membro sênior do Instituto de Economia Internacional, explica por quê a estrutura das negociações atuais pode vir a proporcionar ganhos tanto para os países industrializados quanto para os países em desenvolvimento.

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

*Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos*

## ÍNDICE

### O COMÉRCIO NA ECONOMIA GLOBAL PÓS-DOHA

#### □ EM FOCO

#### **NOVA DINÂMICA DE NEGOCIAÇÃO EM DOHA** **6**

*Alan Larson, subsecretário de Estado dos Estados Unidos*

Após auxiliarem a criar um consenso para as negociações da OMC, os países em desenvolvimento deverão beneficiar-se das negociações na forma de mercados abertos e assistência técnica.

#### **A CÚPULA MINISTERIAL DE DOHA: NOVO ÍMPETO PARA NEGOCIAÇÕES AGRÍCOLAS MULTILATERAIS** **9**

*J. B. Penn, subsecretário da Agricultura dos Estados Unidos*

Nas negociações agrícolas da OMC, os Estados Unidos buscam reduzir tarifas, eliminar subsídios à exportação e disciplinar o apoio doméstico, ao mesmo tempo que fornece aos países em desenvolvimento maior segurança alimentar e caminho sustentável para o desenvolvimento.

#### **ABERTURA DO COMÉRCIO: MAIORES OPORTUNIDADES PARA TODOS OS PAÍSES** **12**

*Grant Aldonas, subsecretário do Comércio dos Estados Unidos*

Os países em desenvolvimento têm mais a ganhar ao reduzirem as tarifas sobre o comércio entre si. Eles devem comparecer às negociações preparados não apenas para buscar concessões dos países industrializados, mas também para reduzir suas próprias barreiras comerciais.

#### **COMO A CONDIÇÃO DE MEMBRO DA OMC AFETA A CHINA** **15**

*James Zumwalt, conselheiro para Assuntos Econômicos, Embaixada dos Estados Unidos em Pequim*

Unir-se à OMC foi bom tanto para a China como para o sistema de comércio mundial, ao ajudar a manter as reformas estruturais chinesas e proporcionar aos seus parceiros comerciais novos desafios e oportunidades.

#### □ COMENTÁRIOS

#### **DOHA E O FUTURO: O PAPEL DO CONGRESSO EM NOVA RODADA DE COMÉRCIO** **19**

*Senador Max Baucus, presidente da Comissão de Finanças do Senado*

As negociações da OMC apresentam oportunidades para abertura de mercados e avanço dos objetivos ambientais. Resultados positivos da abertura dos mercados agrícolas, entretanto, são muito incertos e a decisão de reabrir negociações sobre a legislação antidumping demonstra a necessidade de maior influência no processo por parte do Congresso.

#### **REFLEXÕES SOBRE A CÚPULA MINISTERIAL DE DOHA** **22**

*Jeffrey Schott, participante sênior, Instituto de Economia Internacional*

A reunião da OMC de 2001 em Doha teve sucesso após o fracasso da reunião de Seattle em 1999 por uma série de razões, incluindo maior cooperação entre os Estados Unidos e a União Européia e melhor organização. Os países em desenvolvimento necessitam de assistência para beneficiar-se de qualquer acordo comercial atingido.

**▣ FATOS E NÚMEROS**

**PRINCIPAIS EXPORTADORES E IMPORTADORES NO COMÉRCIO MUNDIAL DE MERCADORIAS 25**

**COMÉRCIO NORTE-AMERICANO DE MERCADORIAS POR REGIÃO 25**

**COMÉRCIO NORTE-AMERICANO DE MERCADORIAS POR ECONOMIA 26**

**COMÉRCIO NORTE-AMERICANO DE MERCADORIAS POR PRODUTO 27**

**▣ RECURSOS INFORMATIVOS**

**PRINCIPAIS CONTATOS E SITES NA INTERNET 28**

**LEITURAS ADICIONAIS 29**

---

---

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

---

*Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos*

*Volume 7, Número 1, Janeiro de 2002*

---

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos para audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As publicações — *Perspectivas Econômicas*, *Questões Globais*, *Questões de Democracia*, *Agenda da Política Externa dos EUA* e *Sociedade e Valores dos EUA* — fornecem declarações de políticas norte-americanas, bem como análises, comentários e informações básicas em suas áreas temáticas.

Todas as edições aparecem em versões em idiomas inglês, francês, português e espanhol, com edições selecionadas também sendo publicadas em árabe e russo. As edições em inglês são publicadas em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês após duas a quatro semanas.

As opiniões expressas nas publicações não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo teor e continua acessibilidade de "sites" na Internet relacionados ao presente; essa responsabilidade reside unicamente com os responsáveis por esses "sites". Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos artigos que incluam restrições explícitas de direitos autorais sobre esse uso. Usuários potenciais de fotos com crédito necessitam obter a liberação de uso junto à fonte mencionada.

Edições atuais ou anteriores das publicações, bem como o índice de publicações futuras, podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. Elas são disponíveis em diversos formatos eletrônicos para possibilitar sua leitura online, transferência, download e impressão.

Envie seus comentários à sua Embaixada local dos Estados Unidos ou aos escritórios editoriais:

Editor, *Perspectivas Econômicas*  
IIP/T/ES  
Departamento de Estado dos Estados Unidos  
301 4th St. S.W.  
Washington DC 20547  
Estados Unidos da América  
E-mail: [ejecon@pd.state.gov](mailto:ejecon@pd.state.gov)

---

Editor Chefe .....	Judith Siegel	Diretor de Arte .....	Sylvia Scott
Editor .....	Jonathan Schaffer	Corpo Editorial .....	George Clack
Editor Gerente... ..	Bruce Odessey	.....	Judith Siegel
Editores Associados .....	Wayne Hall	.....	Leonardo Williams
.....	Kathleen Hug		
Editores Colaboradores .....	Gretchen Christison		
.....	Eileen Deegan		
.....	Berta Gomez		
.....	Martin Manning		

---

Departamento de Estado dos Estados Unidos  
Escritório de Programas Internacionais de Informação  
Janeiro de 2001

### □ NOVA DINÂMICA DE NEGOCIAÇÃO EM DOHA

---

*Alan Larson, subsecretário para Assuntos Econômicos, Comerciais e Agrícolas, Departamento de Estado dos Estados Unidos*

*Na reunião da OMC em Doha, Catar, em novembro, os países em desenvolvimento desempenharam papel decisivo para se chegar a um consenso para novas negociações comerciais, afirma Alan Larson, subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Comerciais e Agrícolas.*

*Os países em desenvolvimento deverão beneficiar-se do programa de trabalho da OMC para o futuro, especialmente na abertura dos mercados agrícolas, manutenção da proteção à propriedade intelectual, permitindo ao mesmo tempo acesso a medicamentos para emergências de saúde pública e promovendo a construção de capacidades, afirma ele.*

*Os membros da OMC deverão ajudar os países em desenvolvimento a participarem da OMC e da economia global mais ampla, afirma Larson.*

---

A Cúpula Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Doha presenciou importante mudança na dinâmica de negociações da OMC e da forma como a organização conduz seus negócios. Os dois acontecimentos terão impacto profundo sobre a forma como os Estados Unidos buscam seus interesses econômicos internacionais nesse importante fórum.

Primeiramente, os países em desenvolvimento criaram uma nova dinâmica de negociação na cúpula ministerial ao exigirem e desempenharem importante papel na elaboração dos seus resultados. Em segundo lugar, a decisão de lançar uma nova rodada global de conversações comerciais (a Agenda de Desenvolvimento de Doha) representou exemplo tangível do sucesso que pode ser atingido através de ativa diplomacia norte-americana.

Antes e durante a cúpula ministerial, o representante de Comércio dos Estados Unidos Robert Zoellick desempenhou notável papel no estabelecimento de pontes para todos os membros da OMC. Ele se dedicou pessoalmente junto aos países em desenvolvimento e trabalhou com eles para abordar questões preocupantes e criar consenso para uma nova rodada. A secretária da

Agricultura Veneman, o subsecretário de Comércio Aldonas e o subrepresentante de Comércio dos Estados Unidos Huntsman uniram-se à equipe do Departamento de Estado para atingirem países em desenvolvimento.

De sua parte, os ministros do Comércio dos países em desenvolvimento desempenharam papéis vitais de liderança em questões fundamentais para o sucesso da cúpula ministerial. O ministro mexicano Derbez Bautista, por exemplo, liderou o grupo de trabalho que abordou questões que envolvem o Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos da Propriedade Intelectual (Trips). O ministro sul-africano Erwin liderou o grupo de trabalho que se concentrou em questões das normas da OMC. O ministro de Cingapura Yeo presidiu o grupo de trabalho sobre agricultura. O vice-ministro chileno Muñoz Valenzuela chefiou o grupo de trabalho sobre questões ambientais. Os ministros Bello da Nigéria, Biwott do Quênia e Simba da Tanzânia representaram a Organização da Unidade Africana, o Grupo Africano-Caribenho do Pacífico e os países menos desenvolvidos, respectivamente.

Todos esses representantes dos países em desenvolvimento trabalharam conosco e com outros países desenvolvidos para encontrar formas de avanço em várias das questões mais difíceis. Sem sua ativa participação, é improvável que a cúpula ministerial houvesse sido bem sucedida.

Na sessão final, os ministros Bello, Biwott e Simba expressaram satisfação com o processo e os resultados da cúpula ministerial. O ministro Simba cunhou o nome Agenda de Doha para o Desenvolvimento e o ministro Bello elogiou especificamente o embaixador Zoellick por seus esforços em consultar e considerar as opiniões dos países em desenvolvimento. Posteriormente, autoridades de vários países em desenvolvimento, incluindo a África do Sul, Índia, Indonésia, Jamaica, México e Kuwait, elogiaram publicamente os resultados de Doha.

## COMO OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO SE BENEFICIAM DO COMÉRCIO?

Segundo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o comércio é o canal mais importante a afetar o crescimento dos países em desenvolvimento. O Banco Mundial concluiu que o aumento do acesso dos países pobres aos mercados exportadores mundiais poderá gerar renda adicional de US\$ 1,5 trilhão ao longo de dez anos e elevar suas taxas anuais de crescimento do produto interno bruto em 0,5%. A liberalização do comércio também pode apoiar reformas econômicas voltadas para o crescimento e auxiliar a transferência de tecnologia e conhecimentos.

Os países em desenvolvimento se beneficiarão significativamente do programa de trabalho definido em Doha, especialmente nas áreas de agricultura, Trips/saúde pública e estabelecimento de capacidades.

**Agricultura.** A negociação de reformas para liberalizar o comércio agrícola foi uma das principais prioridades para muitos países em desenvolvimento. O ministro Yeo de Cingapura trabalhou arduamente para elaborar um compromisso que rompesse o bloqueio entre a União Européia (UE) e os exportadores agrícolas. A declaração ministerial afirma que os membros da OMC negociarão reduções de subsídios à exportação "com vistas à sua eliminação". Ela obriga os membros a fazerem aumentos substanciais no acesso aos mercados e redução dos subsídios domésticos que distorcem o comércio. O equilíbrio do campo de jogo aumentará as oportunidades para que os produtores em países em desenvolvimento concorram de forma mais eficiente com os países desenvolvidos no mercado doméstico e de exportação. A liberalização do comércio pode também ajudar a elevar a produtividade agrícola e a receita dos produtores, criar empregos e reduzir a pobreza rural em países em desenvolvimento.

**Trips/Acesso a Remédios.** O debate sobre saúde pública foi outra questão fundamental para os países em desenvolvimento. O grupo de trabalho foi liderado pelo ministro mexicano Derbez, que trabalhou com representantes dos Estados Unidos, União Européia, Brasil, Índia e África, para atingir resultados no início da cúpula ministerial. A declaração final sobre o Trips é uma forte declaração política que reafirma o compromisso de todos os membros da OMC com o Acordo Trips. Ela deixa claro que o TRIPS é consistente com os objetivos de saúde pública dos membros da OMC e oferece aos

países em desenvolvimento a confiança de que o TRIPS lhes permite flexibilidade para lidar com crises de assistência médica. Por fim, a declaração reafirma a importância da proteção à propriedade intelectual e o importante papel que desempenha no desenvolvimento de novos remédios. Os ministros também concordaram com a proposta norte-americana para prorrogar até 1º de janeiro de 2016 o prazo limite para que os membros menos desenvolvidos da OMC implementem suas obrigações no âmbito do Trips.

Os Estados Unidos acreditam que a enormidade do desafio imposto pelo HIV/Aids e outras doenças infecciosas, tais como malária e tuberculose, requer a mobilização dos recursos de toda a comunidade internacional. Os Estados Unidos e outros países estabelecerão o Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária em janeiro de 2002, para cuidar da prevenção, assistência e tratamento dessas doenças e do desenvolvimento de infra-estrutura de assistência médica e sistemas de fornecimento. O presidente George Bush prometeu US\$ 200 milhões para o Fundo Global, como verba inicial. Estamos engajados ativamente para alavancar as verbas públicas e privadas para o comprometimento de recursos adicionais para o fundo.

**Assistência para o Estabelecimento de Capacidades.** A declaração ministerial reconhece as necessidades e interesses especiais dos países em desenvolvimento. Ela proporciona assistência técnica para estabelecer capacidade comercial, tanto durante as negociações como na implementação de acordos. Os Estados Unidos forneceram mais de US\$ 1,3 bilhão em assistência à capacidade comercial, através de diversos canais bilaterais e multilaterais aos países em desenvolvimento ao longo dos últimos três anos. Contribuímos com US\$ 1,65 milhão para os fundos fiduciários da OMC para assistência técnica. O estabelecimento de capacidades em países em desenvolvimento é uma prioridade de política externa e os Estados Unidos continuarão a liderar esse esforço internacional.

**Meio ambiente.** Os objetivos comerciais e ambientais podem e devem ser complementares. Entretanto, muitos países em desenvolvimento e exportadores agrícolas temem o "protecionismo verde" e o chamado princípio de preocupação promovido pela União Européia. Sob a liderança do vice-ministro chileno Muñoz Valenzuela e com forte apoio de bastidores dos Estados Unidos, os ministros estabeleceram uma agenda ambiental sólida que evitasse esses riscos. Os ministros concordaram em

negociações sobre subsídios à pesca e acesso a mercados para bens e serviços ambientais. Eles também concordaram em negociações sobre o relacionamento entre as obrigações comerciais específicas estabelecidas em acordos ambientais multilaterais (MEAs) e as regras existentes da OMC. Os membros da OMC orientaram as conversações sobre MEA ao exigirem que seu escopo fosse limitado à aplicabilidade das regras existentes entre as partes e instruíram que elas não prejudicassem os direitos à OMC de qualquer membro que não faça parte do MEA em questão. Os ministros concordaram em considerar as necessidades de países em desenvolvimento, mantendo a natureza aberta e não discriminatória do sistema comercial multilateral.

**Outras Questões.** No grupo que discutia as Regras da OMC, presidido pelo ministro sul-africano Erwin, os países em desenvolvimento estavam entre os que insistiam que o esclarecimento dos acordos da OMC sobre a solução de disputas e antidumping fosse incluído nas negociações futuras. Os países em desenvolvimento concordaram com os Estados Unidos sobre a necessidade de também abordar nas negociações as questões de transparência e processo devido em procedimentos de investigação antidumping dos membros e as causas subjacentes do comércio desleal. Os comitês da OMC darão alta prioridade nos seus programas de trabalho às questões de implementação, incluindo subsídios e têxteis.

Os países em desenvolvimento também determinaram que atualmente não detêm a capacidade de negociação de novas obrigações nas áreas de investimento, concorrência, facilitação do comércio e transparência nas concorrências

governamentais. Os membros da OMC reenviaram essas questões, portanto, aos comitês da OMC para discussões adicionais. Os defensores de negociações sobre investimentos devem trabalhar com os países em desenvolvimento para aumentar sua capacidade, de forma que esse países fiquem confortáveis com medidas necessárias para o desenvolvimento de estrutura política de investimentos que atraia os fluxos de entrada de investimentos externos diretos. Os países em desenvolvimento deverão ter em mente que uma boa estrutura política de investimentos oferece sua própria recompensa ao atrair tecnologia, capital e conhecimentos necessários para o desenvolvimento.

## CONCLUSÃO

A cúpula ministerial da OMC em Doha exibiu nova dinâmica das negociações comerciais à medida que os países em desenvolvimento desempenharam papel ativo e construtivo no estabelecimento de um consenso para lançar a Agenda de Doha para o Desenvolvimento. As negociações detêm o potencial de aumentar o crescimento e o desenvolvimento para todos os membros da OMC. A fim de dar continuidade ao progresso de liberalização do comércio global, necessitamos estar preparados para reagir às necessidades críticas dos países em desenvolvimento que são nossos parceiros comerciais. Para chegar a esse ponto, precisaremos prosseguir em nossos esforços de estabelecimento de capacidades para auxiliar os países em desenvolvimento a aumentarem seu potencial de participação total, não apenas na OMC, mas também na economia global. □

---

---

## □ A CÚPULA MINISTERIAL DE DOHA: NOVO ÍMPETO PARA NEGOCIAÇÕES AGRÍCOLAS MULTILATERAIS

---

*J. B. Penn, subsecretário de Agricultura para Assuntos Internos e Externos, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos*

*Nas negociações agrícolas da OMC, os Estados Unidos buscam reduzir tarifas, com especial atenção para a administração de quotas tarifárias, eliminar subsídios à exportação e disciplinar medidas de apoio doméstico, afirma o subsecretário de Agricultura, J. B. Penn.*

*Outro objetivo dos Estados Unidos nas negociações é o de fornecer aos países em desenvolvimento maior segurança alimentar e caminho mais sustentável para o desenvolvimento, afirma ele.*

---

A Declaração Ministerial de Doha introduziu novas negociações comerciais multilaterais em uma série de áreas, com a agricultura no centro dessas negociações.

A Declaração de Doha sobre a Agricultura reafirma o compromisso dos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) com o objetivo de longo prazo de se criar um sistema de comércio agrícola justo e voltado para o mercado. Os membros da OMC concordaram em iniciar negociações abrangentes para proporcionar melhorias substanciais do acesso aos mercados, reduções de subsídios às exportações e reduções substanciais do apoio doméstico que distorce o comércio.

A declaração reconhece que tratamento especial e diferencial para países em desenvolvimento será parte integrante das negociações. Ela também observa as preocupações não comerciais apresentadas por uma série de países, incluindo objetivos políticos como desenvolvimento rural e saúde animal, que se estendem além da produção e comercialização de produtos agrícolas.

### **AGENDA NORTE-AMERICANA**

Os Estados Unidos têm agenda ambiciosa para essas negociações.

**Acesso aos Mercados.** Um estudo recente realizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

(USDA) concluiu que a tarifa agrícola média para todos os membros da OMC é de 62%, excedendo em muito a tarifa industrial média de 4%. Segundo o estudo, as tarifas representam a maior parcela de todo o custo econômico da proteção agrícola. Em muitos mercados, as exportações norte-americanas enfrentam tarifas de importação de mais de 100%. Isso realmente elimina qualquer oportunidade de acesso aos mercados.

O objetivo dos Estados Unidos é mudar essa situação para assegurar acesso efetivo aos mercados a todos os produtos de todos os mercados. Maior acesso aos mercados será atingido através de:

- Redução substancial ou eliminação de todas as tarifas, incluindo as obrigações de cotas.
- Redução substancial ou eliminação de disparidades de tarifas entre os países.
- Redução substancial ou eliminação do escalonamento tarifário (em que a tarifa sobre o produto processado é maior que sobre o produto bruto importado).
- Simplificação de tarifas complexas (todas as tarifas devem ser convertidas em "ad valorem", ou percentual fixo do valor do produto).

Pretendemos concentrar nossa atenção na administração de cotas de taxas tarifárias (TRQ). Este conceito, que surgiu no Acordo final da Rodada Uruguai, destinava-se a oferecer oportunidades de acesso a mercados previamente fechados. Um nível inicial de cota teria tarifas zero ou muito baixas e uma tarifa consideravelmente mais alta seria aplicada às importações acima dos níveis iniciais de cotas.

No entanto, isso nem sempre resultou em melhor acesso aos mercados. Nossa intenção é aumentar a quantidade de cotas e reduzir ou eliminar a tarifa embutida na cota. Também estamos preparados para estabelecer disciplinas para aprimorar o funcionamento da administração do TRQ. Reconhecemos que nenhum sistema isolado de administração de TRQ é apropriado para todos os mercados e condições. Entretanto, disciplinas baseadas

nos princípios de transparência e previsibilidade assegurarão a criação de oportunidades de acesso aos mercados.

**Competição nas Exportações.** Subsídios às exportações continuam a ser usados por muito poucos membros da OMC. Mesmo que os montantes usados, tanto em valor como em quantidade, estejam de acordo com os compromissos assumidos na Rodada Uruguai, esses subsídios continuam a distorcer o comércio mundial e os sinais de mercado para todos os agricultores. A eliminação dos subsídios às exportações continua a ser objetivo prioritário, não apenas dos Estados Unidos, mas também de quase todos os demais membros da OMC.

A Declaração de Doha obriga os membros da OMC a reduzirem, com vistas à sua eliminação, todas as formas de subsídios às exportações. Esta frase provou ser a parte mais controversa da declaração, devido à relutância da União Européia (UE) em assumir este compromisso. A inclusão da expressão "com vistas à sua eliminação" é uma afirmação poderosa e sem dúvida estará sujeita a longos e ardorosos debates nas negociações.

O USDA reconhece que a expressão "todas as formas de subsídios à exportação" pode ser interpretada por outros membros da OMC como se incluísse o Programa de Garantia de Crédito às Exportações do USDA. Esse programa facilita o comércio com países em desenvolvimento, fornecendo financiamento comercial para os exportadores agrícolas dos Estados Unidos. Participamos ativamente das negociações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) determinadas pelo Acordo Agrícola da Rodada Uruguai para trabalhar por disciplinas sobre os créditos às exportações e estamos dispostos a aceitar o atual rascunho do acordo da OCDE. Esse compromisso teria um impacto expressivo sobre esse programa. Seja qual for o resultado final da discussão da OCDE, pretendemos comprometer-nos integralmente com as negociações da OMC sobre créditos às exportações. Quaisquer elementos de subsídios teóricos em nosso programa de crédito às exportações empalidecem frente aos bilhões de dólares usados anualmente pela União Européia nas restituições diretas de exportações.

**Apoio Doméstico.** A meta dos Estados Unidos é redirecionar o debate sobre apoio doméstico. A melhor forma de alcançar esse objetivo é negociando e revisando

os critérios para determinar se um dado programa tem qualquer impacto que provoque distorção sobre o comércio. O desafio que os membros da OMC têm é negociar onde se traçará a linha entre as medidas que distorcem e as que não distorcem o comércio. Programas que distorcem o comércio estarão sujeitos a compromissos de redução. Propusemos que o nível final de apoio seja baseado em uma percentagem fixa do valor total da produção agrícola.

## **OUTRAS ÁREAS DE CONSIDERAÇÃO**

Além dos compromissos baseados nos três pilares da Rodada Uruguai, a Declaração de Doha inclui duas outras áreas importantes para a agricultura dos Estados Unidos.

**Países em Desenvolvimento.** Toda a Declaração de Doha é um compromisso para garantir que os países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos, tenham uma participação no crescimento do comércio mundial. O USDA está empenhado em trabalhar com outras agências do governo americano e organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) para concentrar a atenção sobre a capacitação comercial dos países em desenvolvimento. A agricultura é o centro do desenvolvimento sustentável para a maior parte da população mundial. Com a maior rede de pesquisa agrícola do mundo e décadas de experiência, o USDA continuará a fornecer importante assistência técnica a países de todo o mundo.

Uma série de estudos sobre o impacto da Rodada Uruguai concluiu que o nível de benefícios que os países obtêm com o comércio está diretamente relacionado ao nível de participação que eles têm nas negociações. Nosso objetivo é aumentar a participação dos países em desenvolvimento nas negociações. Os países em desenvolvimento diferem em muitas maneiras uns dos outros, desde a produção de soja no Brasil à agricultura de subsistência na África Subsaariana e as práticas agrícolas tradicionais em pequenos países insulares. Assim sendo, um único modelo ou abordagem não funcionaria. Em todos os casos, entretanto, a política comercial pode desempenhar importante papel no desenvolvimento agrícola, permitindo aos agricultores receberem sinais dos preços mundiais e fornecendo aos clientes preços mais baixos e maior opção. As políticas

comerciais deverão aumentar a segurança alimentar e podem ser utilizadas por países em desenvolvimento para assegurar fornecimento estável de alimentos saudáveis aos seus clientes.

**Meio ambiente.** A Declaração de Doha comprometeu os membros a iniciar negociações que estudem o relacionamento entre as regras existentes da OMC e as obrigações comerciais específicas nos acordos multilaterais sobre meio ambiente. É crucial assegurar a manutenção da natureza científica do Acordo da Rodada Uruguai, especialmente o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

A Declaração de Doha foi de difícil negociação, mas devemos lembrar que ela é apenas o começo. Nossa agenda para essas negociações é ambiciosa e temos o apoio da maioria dos membros da OMC. Os Estados Unidos e o USDA continuarão a desempenhar um papel de liderança nessa área. Maior liberalização do comércio é positiva não somente para os agricultores, produtores e consumidores dos Estados Unidos, mas também para os agricultores e consumidores de todo o mundo. □

---

## □ ABERTURA DO COMÉRCIO: MAIORES OPORTUNIDADES PARA TODOS OS PAÍSES

---

*Grant Aldonas, subsecretário de Comércio Internacional, Departamento de Comércio dos Estados Unidos*

*Os países em desenvolvimento têm muito a ganhar com as negociações da OMC, não apenas para expandir toda a sua economia, mas também para disponibilizar fornecimento mais amplo de mercadorias aos seus cidadãos a custo mais baixo, afirma Grant Aldonas, subsecretário de Comércio Internacional.*

*Os países em desenvolvimento têm mais a ganhar ao reduzirem as tarifas entre si, afirma ele.*

*Eles devem comparecer às negociações da OMC preparados não apenas para buscar concessões de abertura de mercado dos países industrializados, mas também para reduzir suas próprias barreiras, afirma Aldonas. A liberdade é impulsionada pela redução das barreiras ao sucesso dos indivíduos tanto na área de comércio quanto no campo político, afirma ele.*

---

"Sabemos que a concessão de maior acesso aos mercados mundiais para os países em desenvolvimento pode elevar rápida e drasticamente os níveis de investimento e receita. Também sabemos que o livre comércio incentiva os hábitos que sustentam a liberdade a longo prazo."

— Presidente George W. Bush,  
para o Banco Mundial  
17 de julho de 2001.

Na conclusão da Cúpula Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) no Catar, os ministros do Comércio de mais de 140 países concordaram em lançar a Agenda de Doha para o Desenvolvimento. Para que a OMC seja eficaz, todos os membros necessitam envolver-se no processo de tomada de decisões. Portanto, para termos uma rodada de conversações sobre comércio global bem sucedida, os países em desenvolvimento devem desempenhar papel central no processo. A Agenda de Doha para o Desenvolvimento será mais inclusiva que as negociações passadas; como afirma a Declaração Ministerial de Doha, as "necessidades e interesses" dos países em desenvolvimento devem estar no centro do programa futuro de trabalho da OMC.

Em Doha, constatei pessoalmente que os países em desenvolvimento desejam dedicar-se a essas conversações e querem falar por si próprios. Isso não deveria ser surpresa para ninguém; os países em desenvolvimento têm muito a ganhar. Um estudo de Joseph François da Universidade de Erasmus conclui que novas negociações comerciais globais gerariam US\$ 90 bilhões a US\$ 190 bilhões por ano em aumento de receita para as nações em desenvolvimento. Não é de se estranhar que o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, tenha dito: "Os pobres são pobres não devido ao excesso de globalização, mas devido à sua falta." A OMC opera através de consenso, o que deverá fornecer aos países em desenvolvimento papel forte nas próprias negociações e, de forma ainda mais importante, nos resultados da nova rodada.

Embora o comércio entre as economias avançadas ainda represente a maior parte do comércio internacional, o crescimento econômico mundial vem sendo mais rápido nas economias em desenvolvimento. Com poucas exceções, as tarifas e cotas não são mais barreiras significativas nas economias industriais, mas permanecem altas na maior parte do mundo em desenvolvimento. Isso é contra-producente. As reduções das barreiras ao acesso aos mercados podem promover o comércio, particularmente entre países em desenvolvimento, e aumentar os fluxos de investimento.

### **OS BENEFÍCIOS DA ABERTURA DE MERCADOS**

Todos os países têm a ganhar ao reduzirem suas tarifas e abrirem seus mercados. Nos Estados Unidos, as exportações representaram mais de um quarto do nosso crescimento econômico na última década. Entre 1970 e 2000, nossas exportações cresceram mais de 10% ao ano, atingindo US\$ 1,1 trilhão em 2000 - dobrando as exportações dos Estados Unidos a cada sete anos. Estima-se que 12 milhões de empregos norte-americanos dependam diretamente das exportações; bons empregos, que pagam salários de 13 a 18% acima da média nacional. Os benefícios do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e das negociações da Rodada Uruguai, isoladamente, fizeram com que uma família de quatro pessoas economizasse US\$ 1.200 a US\$ 2.000 por

ano ao incentivarem nossos mercados a oferecer mercadorias de melhor qualidade a preços mais baixos. Um de cada três hectares plantados nas fazendas norte-americanas é semeado com produtos destinados à exportação. Em outras palavras, a abertura de novos mercados para as mercadorias, serviços e agricultura dos Estados Unidos é fundamental para o nosso futuro econômico e para nosso poderio como nação. Não há melhor ferramenta política para elevar as perspectivas econômicas dos Estados Unidos (e do resto do mundo) que a abertura de mercados através de acordos comerciais.

Isso também se aplica aos países em desenvolvimento. Nos cinco primeiros anos da Rodada Uruguai, esses países aumentaram suas exportações em 41%, enquanto os países de alta renda aumentaram suas exportações em 29%. O forte crescimento das exportações é catalisador do crescimento econômico. O relatório Perspectivas Econômicas Globais e os Países em Desenvolvimento de 2001 do Banco Mundial conclui que os países em desenvolvimento que reduziram as barreiras comerciais ao longo dos últimos vinte anos tiveram forte crescimento econômico. Para os países em desenvolvimento que reduziram as barreiras comerciais na década de 1980, o produto interno bruto (PIB) per capita subiu, em média, 3,5% ao ano; para os países em desenvolvimento que reduziram as barreiras comerciais na década de 1990, o PIB subiu, em média, 5%.

## **POTENCIAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

O potencial para que os países em desenvolvimento prosperem por meio de um papel mais inclusivo nas novas negociações comerciais é significativo em termos de crescimento do PIB, mas é ainda mais importante quanto aos benefícios a serem auferidos pelos cidadãos desses países. Uma nova rodada de negociações comerciais concentrada na redução das tarifas sobre produtos industriais e agrícolas pode fornecer mais opções e preços competitivos, incluindo o acesso a muitas mercadorias menos disponíveis.

Historicamente há escassez de equipamentos médicos, equipamentos agrícolas e produtos farmacêuticos nos países em desenvolvimento; redução das tarifas e proteção mais eficaz dos direitos de propriedade intelectual poderão fornecer o incentivo necessário para que os comerciantes e investidores entrem em mercados de países em desenvolvimento. Além disso, as restrições sobre os investimentos e propriedades externas vêm dificultando o

crescimento dos setores de serviços - o componente de crescimento mais rápido da economia global.

Eliminação das barreiras à nova concorrência e liberalização das restrições às exportações, incluindo serviços de construção e de transportes, podem promover novas oportunidades de mercado e atrair investimentos externos. Uma nova rodada pode também chamar a atenção para a proteção ambiental, através de melhor acesso a tecnologias ambientais, bens e serviços.

Tradicionalmente, os países em desenvolvimento são tidos como pouco atraentes em termos de investimentos. A participação ativa no sistema de comércio mundial, incluindo a adoção de normas globais de comércio, incentiva um clima que atrai o investimento externo. Um ambiente que inclua maior transparência e estabilidade nas transações econômicas e governamentais pode alavancar os grupos de investimento privado e governamentais para auxiliar a expandir o crescimento e o desenvolvimento.

Os Estados Unidos buscam relacionamentos comerciais mais fortes com os países em desenvolvimento, conforme evidenciado pelo nosso trabalho em 2000 na Lei de Oportunidade e Crescimento da África e na renovação da Iniciativa da Bacia do Caribe. Atualmente, nos Estados Unidos, 62% de todas as importações dos países em desenvolvimento estão isentas de tarifas ou obrigações.

A tarifa média simples dos Estados Unidos é de 4,3%, que é baixa em comparação com as tarifas médias dos países em desenvolvimento. As tarifas de muitos países em desenvolvimento excedem 15% para todos os produtos, impondo altos encargos aos que menos podem pagá-los. As tarifas médias dos países desenvolvidos sobre produtos manufaturados, incluindo têxteis e roupas, estão agora em 8%, enquanto as mesmas tarifas nos países em desenvolvimento são de 21%. Além disso, os países em desenvolvimento aplicam tarifas sobre veículos de mais do dobro da taxa média das economias avançadas.

Essas altas tarifas, juntamente com barreiras restritivas de acesso aos mercados, bloquearam o comércio em todas as direções. Como as barreiras comerciais entre as economias em desenvolvimento são significativamente mais altas que entre os países em desenvolvimento e industrializados, os países em desenvolvimento têm mais a ganhar com a liberação das restrições sobre o comércio entre si. O comércio entre os países em desenvolvimento representa 40% do seu comércio geral, sendo que esse comércio

ainda representa percentual muito pequeno do comércio mundial. Segundo as Nações Unidas, em 1999, o comércio intra-africano representou 10% do comércio mundial; o comércio intra-sul da Ásia, 4%; o comércio asiático-africano, 1,5%; e o comércio latino-americano-africano, 1,5%.

## LIMITAÇÕES DAS ALTAS TARIFAS

Acredita-se, de forma geral, que os países em desenvolvimento produzem mercadorias similares, principalmente matérias primas e commodities. Entretanto, a variedade de produtos dos países em desenvolvimento é, na verdade, consideravelmente mais diversa. Um número cada vez maior de países em desenvolvimento vem se tornando importantes produtores e exportadores de mercadorias manufaturadas e a descentralização da produção resultou na combinação de peças e componentes de muitas fontes. Mas as altas tarifas entre esses países limitam sua capacidade de produção de mercadorias finais para o comércio, devido às despesas adicionais envolvidas na importação de peças. As barreiras que um dia foram erguidas para proteger os mercados domésticos e as inexperientes indústrias de exportação agora estão impedindo o crescimento em todo o mundo em desenvolvimento.

A Declaração Ministerial de Doha deixa claro que não existem, a priori, exclusões para a cobertura de produtos nas negociações de acesso ao mercado industrial. Os Estados Unidos estão dispostos a examinar a liberalização em setores historicamente sensíveis e considerar a redução das restrições sobre os produtos e serviços produzidos pelas economias em desenvolvimento, desde que a liberalização resulte em um cenário genuinamente mais aberto e nivelado nesses setores em todo o mundo. Em contrapartida, os países em desenvolvimento deverão estar preparados para aprimorar suas próprias condições, liberalizando serviços e reduzindo barreiras à concorrência da importação; eles deverão vir à mesa de negociação não apenas solicitando redução das barreiras de acesso aos mercados do mundo industrializado, mas também indicando a disposição recíproca de reduzir suas próprias barreiras.

A redução das tarifas não é, naturalmente, o único desafio enfrentado pelos membros da OMC. As barreiras não tarifárias, tais como complicados procedimentos alfandegários e falta de transparência na execução de normas e regulamentos oficiais, também dificultam que

os países em desenvolvimento usufruam os esperados benefícios do comércio. A Agenda de Doha para o Desenvolvimento permite que estas e outras questões sejam abordadas. Os países desenvolvidos da OMC devem, na nova rodada, estar dispostos a trabalhar com os países em desenvolvimento para concretizar todos os benefícios do sistema de comércio mundial. Mas a liberalização é uma via de mão dupla e os esforços dos países desenvolvidos para proporcionar assistência técnica e a capacitação dos países em desenvolvimento será fundamental para o sucesso da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

## CRIAÇÃO DE MAIORES OPORTUNIDADES

Durante a próxima rodada de negociações comerciais haverá amplos benefícios para empresas e consumidores nos países em desenvolvimento. Maior acesso ao mercado gerará maior transparência, mais estabilidade econômica e maior disponibilidade de bens necessários. Como observou o notável economista Mancur Olson em "Power and Prosperity": "Não é por acidente que as democracias desenvolvidas que possuem direitos individuais mais estabelecidos também são as sociedades com transações mais sofisticadas e extensas (como as de mercados de capitais, seguros e de futuros) para auferir os ganhos do comércio. Elas são geralmente as sociedades com níveis mais altos de renda per capita."

A importância desse sucesso não é meramente material. Presta-se um serviço à liberdade quando os governos rompem as barreiras ao sucesso dos indivíduos, sejam essas barreiras políticas, sociais ou econômicas, como no caso do comércio. Assumindo maior papel no sistema de comércio global, os países em desenvolvimento alcançarão esses benefícios através do seu comércio com os países industrializados e com outros países em desenvolvimento.

Os Estados Unidos forneceram mais de US\$ 555 milhões no ano 2000 em assistência para a capacitação dos países em desenvolvimento para o comércio; mais que qualquer outro país isolado. Esta assistência inclui programas significativos para a OMC, que são parte de um esforço global dos Estados Unidos para apoiar o estabelecimento de capacidades dos países em desenvolvimento, através de assistência bilateral e em outras organizações internacionais. Isso ressalta nossa crença de que os países em desenvolvimento devem desempenhar papel central no processo da OMC - para fomentar maior compreensão e criar maiores oportunidades para todos. □

---

## ❑ COMO A CONDIÇÃO DE MEMBRO DA OMC AFETA A CHINA

---

*James P. Zumwalt, conselheiro para Assuntos Econômicos, Embaixada dos Estados Unidos, Pequim*

*O ingresso na OMC foi positivo para a China e para o sistema econômico mundial, afirma James P. Zumwalt, conselheiro para Assuntos Econômicos da Embaixada dos Estados Unidos em Pequim.*

*A condição de membro da OMC deverá auxiliar a China a sustentar a expansão econômica à medida que prossegue com seu programa de reformas estruturais, afirma Zumwalt. Os vizinhos asiáticos deverão enfrentar desafios mais competitivos da China e mais oportunidades de exportação, afirma ele.*

*Segundo Zumwalt, as disputas comerciais entre os Estados Unidos devem aumentar, à medida que a China luta para cumprir com suas obrigações e as duas partes têm acesso aos procedimentos de solução de disputas da OMC.*

*Mas os Estados Unidos e outros países estão trabalhando para reduzir os conflitos comerciais, oferecendo treinamento e outros tipos de assistência técnica, afirma ele.*

---

Com seu ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 11 de dezembro de 2001, a China tornou-se uma das últimas nações comerciais importantes a unir-se àquela organização. E a mensagem para o mundo foi clara: a China está preparada para tornar-se participante integral da economia global. A condição de membro da OMC gerará benefícios tremendos para a China: expansão do comércio, impulso a reformas econômicas adicionais, atração de níveis ainda mais altos de investimentos externos e incentivo ao Estado de Direito.

Domesticamente, a condição de membro da OMC resultará, sem dúvida, em responsabilidades e desafios expressivos para a os dirigentes e o povo chinês. Na esfera externa, ela fundamentalmente redefinirá as relações da China com outros países, especialmente com os Estados Unidos, seu mercado de exportação mais significativo, sem mencionar seus vizinhos na região asiática.

Uma coisa é certa: as mudanças causadas pelo acesso da China à OMC atingirão muito mais que apenas os

aspectos ligados ao comércio das suas relações com outros países, trazendo muitos benefícios, bem como desafios. Qual a melhor forma de aumentar os benefícios e reduzir os riscos permanece um assunto de debates consideráveis entre os planejadores de políticas, empresários e consumidores.

### **POR QUÊ A CHINA PRECISA DA OMC**

A explosiva expansão econômica da China nos últimos vinte anos é uma história de sucesso bem conhecida. Incentivadas por vigorosos esforços de reformas, taxas de crescimento médio de cerca de 10% ao ano criaram uma gama de novas oportunidades de empregos e investimentos, tornando a China mais próspera. O efeito da transformação da China de uma economia voltada para o mercado interno em uma potência comercial voltada para o mercado externo reverberou em toda a economia global, influenciando tudo, desde as escolhas dos consumidores até os fluxos de investimentos.

O crescimento imediato não se deu, entretanto, sem custos. Particularmente, ela trouxe severa luz sobre algumas das fraquezas estruturais do sistema econômico chinês, particularmente na agricultura, finanças e empresas estatais. O dilema para a China foi e continuará sendo qual a melhor forma de manter ativa a dupla força de crescimento econômico e reformas estruturais. Pois, se uma falhar, a outra poderá muito bem sucumbir, potencialmente desencadeando todo um novo conjunto de desafios e dificuldades econômicas.

Em muitos aspectos, a condição de membro da OMC é a melhor opção da China para sustentar o ritmo de crescimento econômico e reformas. À medida que a economia mundial tornava-se cada vez mais complexa e interconectada, a participação da China (segundo as normas do comércio internacional) tornou-se muito mais importante para a China, bem como para os Estados Unidos, Ásia e o mundo. Como membro da OMC, a China será capaz de participar da formulação de regras que governem o comércio e investimentos internacionais.

De forma similar, ela será capaz de defender seus interesses comerciais, através da utilização do sistema de solução de disputas da OMC. Os exportadores chineses se beneficiarão da certeza de que seus parceiros comerciais devem obedecer às normas da OMC. Isso significa, por exemplo, que os membros da OMC não poderão discriminar os produtos chineses em seus mercados domésticos. A condição de membro da OMC tornará a China ainda mais atraente para os investidores estrangeiros. E mais dinheiro investido na China significa mais empregos com altos salários, aumentos no recebimento de impostos pelos governos e mais transferências de tecnologia.

Os compromissos da China junto à OMC possibilitarão o aumento da concorrência em todos os setores da economia. Os consumidores chineses serão beneficiários diretos à medida que a concorrência incentiva uma série maior de escolhas, preços mais baixos e melhor qualidade, sem mencionar a maior consciência e apreciação dos direitos de propriedade intelectual e dos direitos dos consumidores. A concorrência aumentará os ganhos de eficiência e produtividade, que fortalecerão a economia chinesa ao longo do tempo e aumentarão a capacidade de competição das empresas chinesas com as melhores multinacionais em qualquer mercado.

A economia chinesa se beneficiará da maior variedade de serviços (seguro, finanças, distribuição) que as companhias estrangeiras querem trazer para a China após seu acesso à OMC. A concorrência nesta área estimulará, por sua vez, o setor de serviços domésticos da China, oferecendo às companhias e aos consumidores variedade ainda mais ampla de escolhas.

Talvez de forma mais importante, os consumidores e as companhias se beneficiarão de maior Estado de Direito, à medida que a China implementar seus compromissos com a OMC, particularmente os destinados a incentivar maior transparência e discriminação relativa ao comércio.

## **AS RESPONSABILIDADES DA CHINA PERANTE A OMC**

Embora a China esteja destinada a beneficiar-se amplamente da entrada na OMC, é importante ter em mente que a condição de membro da OMC traz não apenas direitos certos, mas também responsabilidades específicas. A China trabalhou ao longo de quinze anos de duras negociações, particularmente com os Estados Unidos e a União Européia, para chegar à condição de

membro da OMC. Os compromissos assumidos pela China são extensos. Para sua compreensão abrangente, pode-se estudar as cerca de mil páginas do Protocolo da China, Relatório do Grupo de Trabalho e Cronogramas de Compromissos sobre Bens e Serviços. Em vez de fazê-lo, podemos resumir os principais componentes do pacote de acesso da China conforme segue:

### **Reduções Tarifárias**

- Tarifas industriais de maior importância para as empresas dos Estados Unidos serão reduzidas de 25% para 7%.
- Tarifas agrícolas de maior importância para os fazendeiros dos Estados Unidos serão reduzidas de 31% para 14%.

### **Compromissos de Serviços**

- Abertura substancial de ampla variedade de setores de serviços, incluindo setores importantes para os Estados Unidos, tais como bancos, seguros, telecomunicações e serviços profissionais.

### **Reformas Sistêmicas**

- Reformas amplas nas áreas de transparência, relatórios e comentários, aplicação uniforme das leis e análise judiciária ajudarão a tratar das barreiras para as companhias estrangeiras que fazem negócios na China.

### **Adesão aos Acordos Existentes da OMC**

- A China assumirá as obrigações de numerosos acordos existentes da OMC, cobrindo todos os aspectos do comércio como agricultura, licenças de exportação, aspectos relacionados ao comércio dos direitos da propriedade intelectual, barreiras técnicas e medidas de investimento relacionadas ao comércio.

### **Disposições de Liberalização do Comércio Específicas da China**

- Direito de importar e exportar diretamente de/para clientes na China em até três anos.
- Direito de dedicar-se à distribuição de todos os produtos na China em até três anos de acesso (exceto fertilizantes químicos, óleo bruto e petróleo refinado, que podem ser distribuídos no atacado em cinco anos após o acesso, e fertilizantes químicos podem ser vendidos no varejo em cinco anos após o acesso).
- Aprovações de importação e investimentos não estarão mais sujeitas a exigências que distorçam o comércio, tais como transferência de tecnologia, equilíbrio de moedas externas, desempenho de exportações e exigências de caráter local.

- Direito de exportar para a China sem o estabelecimento de presença de investimentos no país.
- Retirada gradual de medidas não-tarifárias (NTMs), tais como cotas e licenças sobre centenas de produtos, com todas as NTMs inconsistentes com a OMC eliminadas até 1º de janeiro de 2005.
- Eliminação de monopólios de importação das "tradings" estatais para produtos agrícolas e industriais.
- Exigência de que as empresas estatais devem fazer compras e vendas com base unicamente em considerações comerciais.
- Eliminação de subsídios à exportação sobre produtos agrícolas e eliminação da substituição de importação e subsídios à exportação sobre produtos industriais.

### **Mecanismos de Salvaguarda**

- Os Estados Unidos e outros membros da OMC podem continuar a utilizar metodologia de economia de mercado não especial para a medição de dumping em casos antidumping contra a China por quinze anos.
- Com base em mecanismo de salvaguarda específico para a China, os Estados Unidos e outros membros da OMC podem restringir por doze anos o aumento de importações da China que prejudiquem seus mercados.

O tempo e esforços envolvidos na negociação desses compromissos são prova da determinação chinesa de integrar-se totalmente ao regime de comércio global e suas regras. Embora a batalha para atingir a vitória do acesso à OMC tenha sido árdua, a China enfrenta outro desafio igualmente compensador mas difícil. Como se pode observar através da lista de compromissos acima, a China está efetuando enormes mudanças para atender suas obrigações junto à OMC, reestruturando indústrias, publicando leis e regulamentações anteriormente internas, estabelecendo procedimentos formais para julgar disputas e nivelando o campo de jogo para as companhias estrangeiras. Ela concordou em reduzir tarifas e eliminar cotas de importação, extinguir subsídios às exportações e abrir as indústrias de serviços à concorrência externa. Algumas dessas mudanças virão imediatamente; outras serão graduais ao longo de um período de alguns anos.

### **A CHINA E SEUS VIZINHOS**

Com seu 1,3 bilhão de pessoas e uma economia cada vez mais diversa e crescente, o acesso da China (junto com o de Taiwan) altera inapelavelmente a composição e o caráter da organização comercial e terá conseqüências diretas sobre as relações da China com outras nações, particularmente com seus vizinhos. Muitas nações

asiáticas enfrentam recessão e buscam crescimento das exportações para reativar suas economias. Em alguns aspectos, a China representa tanto um desafio competitivo para esses objetivos como uma oportunidade para obter lucros com seu forte desempenho econômico.

Entre 1995 e 2001, a parcela da China nas exportações globais cresceu de 2,9% para 3,9%, enquanto as exportações da Tailândia e da Indonésia estagnaram-se durante o mesmo período. Nos últimos quatro anos, a China superou a Malásia e Cingapura nas exportações de produtos eletrônicos para os Estados Unidos.

Por outro lado, o acesso da China à OMC também pode traduzir-se em aumento do crescimento do PIB em países com exportações de alto valor. Segundo um estudo recente do banco de investimentos UBS Warburg, o acesso da China dará à economia de Taiwan um impulso equivalente a 1,7% do PIB de Taiwan em 2000 até 2005. Projeta-se que outras economias recém industrializadas da Ásia beneficiem-se em 1,1% do seu PIB de 2000 à medida que aumentar a demanda chinesa por suas exportações.

Para a maior parte do sudeste asiático, entretanto, as perspectivas não são tão brilhantes. O banco UBS Warburg concluiu que as economias do sudeste asiático perderão o equivalente de 0,1% a 0,2% dos seus PIBs de 2000 até 2005. Para a Índia, esse número pode atingir 0,7%. Esta é uma das razões pelas quais a Associação das Nações do Sudeste Asiático e a China concordaram em tentar liberalizar o comércio entre elas.

### **RELAÇÕES SINO-AMERICANAS**

A forma como a China cumprir suas obrigações de membro da OMC afetará diretamente a direção futura das relações sino-americanas. Os líderes chineses afirmaram várias vezes sua determinação de implementar plenamente os compromissos do seu país. É interesse dos Estados Unidos e da China evitar um cenário em que os conflitos comerciais sejam exacerbados pela incapacidade ou indisposição de atender aos muitos compromissos da China junto à OMC.

Dito isso, os conflitos comerciais entre os Estados Unidos e a China não desaparecerão com o acesso à OMC, da mesma forma que não desapareceram entre os Estados Unidos e vários dos nossos parceiros comerciais que são membros da OMC há muito tempo. Há potencial para aumento, ao menos inicial, à medida que o tamanho e o

escopo das nossas relações comerciais crescem. A China já detém crescente superávit comercial com os Estados Unidos. Caso as companhias norte-americanas descubram que o prometido acesso aos mercados chineses não se materialize tão rapidamente quanto anunciado, o resultado pode ser uma combinação instável de baixo crescimento das exportações dos Estados Unidos, superávit comercial bilateral chinês politicamente insustentável e aumento dos conflitos comerciais.

Os Estados Unidos e outros membros da OMC desempenham papel vital para evitar esse cenário, oferecendo à China assistência para atender às suas obrigações junto à OMC. Nosso consulado geral em Xangai, por exemplo, vem trabalhando com o Conselho Comercial Estados Unidos-China para elaborar um programa de conferência em vídeo, em que especialistas em direito comercial dos Estados Unidos falam com autoridades chinesas. De forma similar, nossa Embaixada em Pequim está trabalhando com a Universidade de Pequim e uma instituição local de ensino à distância, para fornecer oportunidades de treinamento da OMC online em comunidades de toda a China. Nosso setor comercial está elaborando uma série de seminários para expor os princípios da OMC a autoridades locais. A União Européia alocou cerca de US\$ 23 milhões para fazer com que autoridades chinesas acelerem as normas e conceitos da OMC como a proteção da propriedade intelectual.

Embora a China esteja sob tremenda pressão para obedecer às normas internacionais e cumprir totalmente com seus compromissos junto à OMC, é importante lembrar que as disputas comerciais não são uma via de mão única. A China também terá recurso aos mecanismos da OMC para atender às suas queixas comerciais contra outros membros.

Apesar dos desafios que a China tem à frente, é inquestionável que a entrada na OMC é uma escolha certa para ela e boa para o sistema econômico mundial. A condição de membro da OMC ligará inevitavelmente a China à comunidade econômica global, eventualmente trazendo mais oportunidades de emprego e investimento e maior estabilidade social, à medida que o Estado de Direito fincar raízes mais profundas na condução das transações econômicas na China. Os norte-americanos se beneficiarão de maiores oportunidades de exportação na China, aumento da criação de empregos domésticos e opções mais diversas para investimentos externos. À medida que se expandem as ligações comerciais e de negócios entre os nossos dois países, também aumentará o contato pessoal entre cidadãos chineses e norte-americanos, intercâmbio de idéias e transferências de tecnologia. A crescente interdependência engendrada pela OMC também deverá ajudar a fomentar maior senso de propósito comum, à medida que a China e os Estados Unidos trabalham mais de perto em ampla variedade de questões relevantes para a estabilidade econômica, segurança e prosperidade global. □

### □ DOHA E O FUTURO: O PAPEL DO CONGRESSO EM NOVA RODADA DE COMÉRCIO

---

*Senador Max Baucus, presidente, Comissão de Finanças do Senado*

*A rodada da OMC lançada em Doha, Catar, em novembro, apresenta oportunidades para a abertura de mercados, especialmente de agricultura e serviços, bem como para avançar objetivos ambientais, afirma o senador Max Baucus, democrata de Montana, que preside a Comissão de Finanças do Senado.*

*A ambigüidade da Declaração de Doha sobre Agricultura apresenta resultados bons, embora longe de serem seguros, afirma Baucus.*

*E o acordo de reabertura das negociações sobre a legislação antidumping e outras leis contra o comércio desleal, com a oposição da maioria do Senado, demonstra a necessidade de o Congresso redefinir mais influência no transcurso das negociações comerciais, afirma ele.*

---

A nova rodada de negociações comerciais lançada na Cúpula Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em novembro representa importante passo adiante para o sistema comercial global. No rastro do impasse que emergiu durante a Cúpula Ministerial de Seattle, uma série de comentaristas exprimiu preocupação pela viabilidade contínua da globalização e, especificamente, da liberalização comercial. O consenso surgido em Doha é, portanto, um projeto significativo para a expansão do comércio e criação de uma economia global integrada.

A substância desse projeto aponta, entretanto, para a necessidade contínua de que o Congresso dos Estados Unidos desempenhe papel ativo e voltado para o futuro na elaboração da política comercial norte-americana.

O acesso da China e de Taiwan à condição de membro da OMC, que teve lugar durante a Cúpula Ministerial de Doha, indica exatamente a eficácia com que o Congresso, em conjunto com o presidente, pode trabalhar para fazer avançar uma agenda comercial proativa. Os Estados Unidos foram um dos primeiros proponentes das solicitações de ingresso da China e de Taiwan e trabalharam muito para obter apoio nesse sentido, tanto

doméstica como internacionalmente. Esse processo culminou no voto contencioso que concede relações comerciais normais permanentes para a China; voto que, apesar da controvérsia, acabou por ser grandemente bipartidário.

As solicitações bem sucedidas para o ingresso da China e de Taiwan são particularmente significativas visto que os negociadores norte-americanos e internacionais foram capazes de atingir consenso sobre o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais em Doha. Apesar de algumas notáveis exceções (como a Rússia), essa rodada será a negociação comercial mais inclusiva já realizada.

#### **PONTOS POSITIVOS DE NEGOCIAÇÃO**

A agenda dessas conversações contém uma série de pontos promissores de negociação que detêm o potencial de beneficiar não apenas os Estados Unidos, mas também o resto do mundo. No centro desses objetivos encontra-se o aumento do acesso aos mercados em uma série de setores que tradicionalmente estiveram fechados para os exportadores norte-americanos como de serviços e agricultura.

O aumento do acesso aos mercados no setor de serviços é particularmente importante do ponto de vista dos Estados Unidos. Em 2000, os Estados Unidos foram o maior exportador (e um dos maiores importadores) de serviços para o mundo. Apesar disso, uma série de mercados importantes permanece fechada, simplesmente por razões protecionistas. Caso se pretenda estabelecer um campo de jogo equilibrado, os negociadores norte-americanos devem trabalhar para abrir esses mercados, bem como em outros setores importantes.

Outra vitória expressiva para os Estados Unidos foi o papel importante que será desempenhado pelas questões ambientais nas negociações futuras. O aumento do acesso a produtos ambientais, redução dos subsídios à pesca que distorcem o comércio e o recompromisso da OMC com a promoção do desenvolvimento sustentável são adições importantes para a agenda de negociação que

provavelmente receberão forte apoio do Congresso e do povo norte-americano. Mas o compromisso de exploração das ligações entre os Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs), o comércio e os acordos comerciais representa uma etapa particularmente significativa para a OMC no século XXI. Uma série de casos de solução de disputas examinou potenciais conflitos entre compromissos assumidos pelos países com base em MEAs e a OMC. De fato, esse foi motivo importante de preocupação nos Estados Unidos, onde a percepção de que a OMC está minando os padrões ambientais domésticos ganhou maior aceitação ao longo dos últimos anos.

Embora não se garanta que o trabalho da OMC leve a negociações concretas, trata-se de reconhecimento importante da ligação entre o comércio e o meio ambiente. De fato, qualquer acordo comercial que não reconheça explicitamente esta importante conexão provavelmente enfrentará momentos extremamente difíceis ao ser ratificado pelo Congresso. Agora, a OMC e seus membros necessitam realizar a próxima etapa importante e começar a examinar o papel desempenhado pelos direitos trabalhistas na liberalização do comércio; outra etapa que é essencial para moldar uma agenda de negociação para o século XXI.

Naturalmente, a agricultura permanece uma das questões comerciais de maior controvérsia, tanto nos Estados Unidos como no exterior. A linguagem de negociação na Declaração Ministerial é extremamente promissora e os negociadores norte-americanos devem ser elogiados pelo seu trabalho de garantir que os subsídios à exportação permaneçam na agenda.

Entretanto, os detalhes da negociação real permanecem vagos e existe grande preocupação de que o resultado final possa não abordar adequadamente as questões levantadas na cúpula ministerial. Especificamente, existe crescente temor de que uma agenda clara para a eliminação dos subsídios à exportação, embora convocada na Declaração Ministerial, possa ser bloqueada, utilizando a linguagem vaga da declaração como instrumento. Os agricultores norte-americanos foram atingidos de forma extremamente dura pelas distorções comerciais causadas pelos subsídios agrícolas europeus na última década e é essencial que seja desenvolvido um plano para sua eliminação. De fato, esses subsídios são mais apropriados para um sistema mercantilista do século XIX que para o sistema atual de livre comércio.

## **QUESTÕES NEGATIVAS**

Apesar desses objetivos positivos de negociação, diversas questões extremamente preocupantes também foram incluídas na agenda de negociação futura; questões que ameaçam minar o apoio de uma série de membros do Congresso e de ampla maioria do povo norte-americano para o lançamento de uma nova rodada.

Na linha de frente entre essas questões, encontra-se a inclusão das leis comerciais norte-americanas, especificamente leis antidumping e de obrigações compensatórias, na agenda de negociação. As leis antidumping e de obrigações compensatórias foram parte do sistema comercial internacional desde o princípio em 1948 e foram renegociadas em nível internacional durante a Rodada Uruguai. Ao final da Rodada Uruguai, os Estados Unidos realizaram uma série de revisões das suas leis comerciais para adequar seu cumprimento ao sistema internacional recém-estabelecido.

Além disso, as distorções comerciais que tornam essas leis necessárias continuam a prejudicar a economia norte-americana. Indústrias que variam de aço a semicondutores, até uma série de setores agrícolas, foram vitimadas por exportações subsidiadas e prática de dumping de uma série de países, problema que se torna pior durante os reveses econômicos, quando as indústrias norte-americanas encontram-se mais vulneráveis. As leis comerciais atualmente existentes são o único meio eficaz de cuidar dessas exportações desleais.

Esta questão foi considerada tão significativa que dois terços do Senado assinaram uma carta para o representante de Comércio norte-americano, Robert Zoellick, solicitando especificamente que nossas leis comerciais não sejam discutidas durante uma nova rodada de negociações. Entretanto, apesar dessa solicitação, as leis antidumping e de obrigações compensatórias dos Estados Unidos serão reabertas, gerando a possibilidade de que precisem ser extensivamente revisadas mais uma vez.

## **SUPERVISÃO CONGRESSUAL**

O fracasso dos negociadores norte-americanos em retirar esse item da agenda aponta a necessidade contínua de que o Congresso dos Estados Unidos desempenhe papel agressivo na elaboração da política comercial norte-americana. Embora o fato seja frequentemente omitido, a Constituição dos Estados Unidos concede ao

Congresso, e não ao presidente ou ao Executivo, o poder de regulamentar o comércio. O Executivo pode realizar a negociação real, mas a responsabilidade por assegurar que os acordos comerciais reflitam as amplas necessidades do povo norte-americano permanece, em última análise, nas mãos do Congresso. Caso as negociações avancem, o Congresso necessita estar certo de que suas preocupações sejam refletidas na agenda norte-americana, particularmente ao surgirem questões contenciosas.

Juntamente com a reabertura das negociações sobre leis comerciais, existe uma série de questões abordadas pela nova rodada que poderão afetar fundamentalmente as leis e regulamentações dos Estados Unidos. O trabalho sobre a política de concorrência detém o potencial de remodelar o sistema anti-truste que evoluiu por mais de cem anos. As negociações sobre propriedade intelectual poderão minar as proteções que os Estados Unidos procuraram tornar parte integrante do sistema comercial mundial. Mesmo questões que detêm grande potencial de benefício para os Estados Unidos também apresentam potencial de criação de compensações que são simplesmente inaceitáveis.

Essas questões permanecem muito importantes para que o Congresso as delegue. O fato dos negociadores norte-americanos haverem ignorado a solicitação expressa de maioria do Senado para manter as leis de comércio dos Estados Unidos fora de discussão somente serve para ilustrar como é significativo o papel que a supervisão congressional necessita desempenhar em qualquer negociação futura.

O poder executivo solicitou ao Congresso a concessão de Autoridade de Promoção Comercial (TPA, conhecido anteriormente como "fast track"), de forma que qualquer acordo que surja da nova rodada de negociações seja votada com base em simples "sim" ou "não". Uma série de comentaristas, tanto dentro como fora do governo, argumentou que, sem essa autoridade, a nova rodada fracassa antes de começar.

Na verdade, sempre defendi que o presidente deve deter essa autoridade. Mas é essencial que qualquer concessão de TPA seja estruturada de forma a manter a integridade do papel do Congresso na regulamentação do comércio. Isso significa, em parte, a inclusão de direitos ambientais e trabalhistas em qualquer acordo comercial futuro. Estas questões tornaram-se tão prementes que parece improvável que qualquer acordo comercial possa reunir apoio bipartidário sem serem feitas concessões para essas questões. É mais importante, entretanto, assegurar que seja mantido o papel essencial de supervisão desempenhado pelo Congresso.

Em resumo, o lançamento de uma nova rodada oferece diversas e promissoras oportunidades para a expansão do comércio dos Estados Unidos e liberalização adicional do sistema comercial global. Mas é essencial que as negociações desenvolvam-se em bases que não comprometam as estruturas necessárias para manter o apoio público ao comércio. Isso significa que as leis comerciais norte-americanas precisam ser fortalecidas e não minadas por qualquer negociação e deve-se levar em consideração preocupações trabalhistas e ambientais. Caso o presidente deseje receber o TPA no próximo ano, o Congresso e o poder executivo precisam trabalhar em conjunto para assegurar que as negociações reflitam as preocupações expressas por ampla maioria dos norte-americanos, assegurando que o comércio seja livre e justo. □

---

As opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

---

---

## REFLEXÕES SOBRE A CÚPULA MINISTERIAL DE DOHA

*Jeffrey J. Schott, membro sênior, Instituto de Economia Internacional*

*A reunião da OMC de 2001 em Doha, Catar, foi bem sucedida, enquanto a reunião de Seattle em 1999 fracassou por uma série de razões, incluindo maior cooperação entre os Estados Unidos e a União Européia e melhor organização, afirma Jeffrey Schott, membro sênior do Instituto de Economia Internacional em Washington.*

*Se a reunião em Doha tivesse fracassado, sérias dúvidas sobre as perspectivas econômicas globais, bem como sobre a continuidade da cooperação internacional na guerra contra o terrorismo seriam levantadas, afirma ele.*

*Essencialmente, afirma Schott, as negociações de Doha serão conduzidas como "compromisso isolado"; ou seja, nenhum acordo comercial sem que todas as questões sejam resolvidas.*

*Para se beneficiar de qualquer acordo comercial alcançado, os países em desenvolvimento precisam de ajuda para o estabelecimento de infra-estrutura e administração econômica, afirma ele.*

---

Após três anos de preparações e cinco exaustivos dias de novembro em Doha, Catar, os ministros do comércio dos 142 países membros da Organização Mundial do Comércio encerraram a maratona concordando em cruzar a linha inicial para novas negociações comerciais multilaterais. A reunião de Doha produziu três documentos principais:

- Declaração Ministerial, que estabelece os termos de referência e objetivos de negociação para as novas conversações comerciais, bem como normas para orientar o trabalho de comitês da OMC e grupos de trabalho.
- Declaração do Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual (Trips) e Saúde Pública, que confirma que as disposições da OMC oferecem aos países flexibilidade para cuidarem de problemas de saúde pública em geral e acesso a remédios em particular.

- Decisão que aborda problemas surgidos na implementação dos acordos comerciais da Rodada Uruguaí de 1994.

Além disso, a Cúpula Ministerial de Doha aprovou os protocolos de acesso para a China e Taiwan, que se tornaram membros da OMC em meados de dezembro de 2001.

Este artigo determina por que a reunião de Doha foi mais bem sucedida do que sua predecessora de Seattle e oferece observações gerais sobre a delegação de Doha e seus presságios para as novas negociações.

### POR QUÊ DOHA FOI DIFERENTE DE SEATTLE

Existem diversas razões por que a reunião de Doha não teve o mesmo destino da cúpula ministerial anterior em Seattle.

Primeiramente, os maiores comerciantes do mundo (os Estados Unidos e a União Européia (UE)) cooperaram mais intensamente entre si e se mostraram dispostos a fazer concessões sobre questões fundamentais de preocupação prioritária para os países em desenvolvimento. O representante de Comércio dos Estados Unidos Robert Zoellick e o representante europeu Pascal Lamy compreenderam que nenhum dos lados poderia atingir seus objetivos se trabalhassem com objetivos conflitantes.

A cooperação entre os Estados Unidos e a União Européia começou no início de 2001, com a solução de disputas bilaterais de longa data sobre bananas e o acordo tácito de evitar novas retaliações sobre questões como os subsídios às exportações da Corporação de Vendas Externas dos Estados Unidos. Essas ações demonstraram que os problemas comerciais transatlânticos poderão ser solucionados de maneira pragmática sem o amargor e os resultados de "um só vencedor" do litígio comercial. Elas também estabeleceram forte precedente para o trabalho conjunto sobre a agenda de Doha. Cada lado reconheceu que, apesar das suas diferenças substantivas sobre temas fundamentais, tais como agricultura e meio ambiente,

nenhum deles poderá atingir seus objetivos gerais em novas conversações na OMC sem concessões do outro.

Em Doha, a União Européia cedeu a exigências dos Estados Unidos e de outros por forte representação para reduzir e eventualmente eliminar os subsídios à exportação de produtos agrícolas. Em troca, os negociadores norte-americanos incentivaram outros países a apoiar imediatamente propostas européias para novas negociações sobre meio ambiente e sobre política de investimentos e concorrência (postergadas até a próxima cúpula ministerial em 2003). Sem essas compensações, nenhuma superpotência comercial teria aceito a Declaração de Doha.

Em segundo lugar, a Cúpula Ministerial de Doha foi melhor preparada e melhor organizada que Seattle. Extensas consultas ao longo de todo o ano incentivaram todos os membros da OMC. Os países em desenvolvimento participaram ativamente através das suas próprias convenções entre países do sul, convenções entre norte e sul (tais como o Grupo de Cairns de exportadores agrícolas), cúpulas ministeriais informais nos meses precedentes à reunião de Doha e consultas bilaterais freqüentes com os Estados Unidos e a União Européia. Esta rede de consultas beneficiou-se dos esforços e orientação do diretor geral da OMC, Mike Moore, e do presidente do Conselho da OMC, Stuart Harbinson, que lideraram as preparações da OMC para Doha.

Em 1999, as conversações da OMC não conseguiram superar as diferenças entre delegações e produziram um documento sem valor e sem aplicação para ações ministeriais. Em 2001, o processo preparatório da OMC gerou resultados mais construtivos. Moore e Harbinson prepararam modelos de declarações que foram consideradas equilibradas e objetivas, solucionando a maioria das disputas menos importantes sobre itens da agenda. Quando não foi possível um acordo pelos diplomatas de Genebra, eles elaboraram opções para um número limitado de questões politicamente sensíveis, de forma que os ministros pudessem reunir um conjunto de compromissos que permitiu a cada um deles levar "troféus" para casa, para seu eleitorado político. Neste sentido, as concessões dos Estados Unidos feitas no início da reunião de Doha sobre questões sensíveis como anti-"dumping" e a declaração sobre Trips e Saúde Pública, bem como a concessão da União Européia sobre agricultura, provaram ser valiosas para assegurar resultado que equilibrou os interesses de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Em terceiro lugar, os custos do fracasso de Doha seriam maiores que em Seattle. Em meio às profundas quedas econômicas nos Estados Unidos, Europa e Japão, o fracasso do lançamento de novas conversações comerciais teria enviado um sinal de que os países estavam menos dispostos a resistir a exigências protecionistas dos seus lobbies domésticos, ativando reação altista nos mercados financeiros. Além disso, após a experiência de Seattle, outro fracasso teria levantado dúvidas sobre a eficácia da nova instituição comercial e a disposição das principais nações comerciais para utilização da OMC, em vez de novas iniciativas bilaterais e regionais, para fazerem avançar seus objetivos comerciais. O comércio não é como beisebol; normalmente, são dois golpes e você está fora.

Por fim, e talvez o mais importante, fracasso em Doha teria refletido mal sobre a aliança internacional de nações ocidentais e islâmicas que trabalham em conjunto para enfrentar o flagelo das redes globais de terrorismo. Os eventos trágicos de 11 de setembro de 2001 reuniram muitos países que anteriormente haviam discordado sobre importantes questões de comércio e política externa. De fato, os países que tinham sido mais relutantes para iniciar novas conversações na OMC se tornaram aliados fundamentais na guerra contra o terrorismo e receberam assistência econômica substancial dos países industrializados em reconhecimento às suas contribuições. Se a reunião de Doha tivesse fracassado haveria dúvidas sobre o poder de manutenção dessa nova aliança.

## **A REPRESENTAÇÃO DE DOHA: OBSERVAÇÕES GERAIS**

Primeiramente, a Declaração Ministerial de Doha é um acordo a ser negociado. Com exceção de algumas decisões de implementação, ela estabelece apenas objetivos de negociação; ela não exige que esses objetivos sejam atingidos, no todo ou em parte, nos eventuais acordos. Cada país participante determinará o nível máximo de obrigações que tomará em cada área e o nível mínimo de obrigações por outros países que julgue suficiente para produzir um pacote recíproco de acordos.

Em segundo lugar, a declaração estabelece uma agenda em bases amplas que engloba negociações em andamento sobre agricultura e serviços, tanto temas tradicionais da OMC/Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), novas questões como investimento, política de concorrência, meio ambiente e um conjunto limitado de questões institucionais (principalmente reformas de

solução de disputas). A declaração estabelece um processo de duas etapas, em que novas negociações sobre as chamadas questões de Cingapura, tais como política de concorrência e investimentos, não serão iniciadas até após a próxima cúpula ministerial da OMC, provavelmente no outono de 2003, com base em modalidades a serem discutidas na época. Os países em desenvolvimento, que originalmente eram relutantes em expandir a agenda da OMC para essas novas questões, desejaram assegurar que o foco das conversações iniciais fosse em questões tradicionais de acesso aos mercados e que o fracasso em atingir progresso nessas áreas colocasse em risco as conversações sobre as questões novas.

A agenda de negociação não é imutável. No passado, foram adicionados às conversações outros assuntos que não foram mencionados na declaração ministerial que introduziu a rodada (por exemplo, falsificações comerciais na Rodada de Tóquio e a própria OMC na Rodada Uruguai). Nas novas negociações, não seria surpreendente se o Acordo sobre Salvaguardas fosse revisto à luz das discussões que evoluem sobre o Artigo VI do GATT (antidumping) e as disposições de balança de pagamentos do Artigo XVIII do GATT. Os temas que foram excluídos da agenda original, entretanto, são de difícil recuperação. Na Declaração de Doha, "comércio e trabalho" foi o único assunto explicitamente excluído das negociações.

Em terceiro lugar, os países concordaram que as negociações de Doha seriam um compromisso isolado. É difícil exagerar a importância deste compromisso. Dada a regra de consenso da OMC, a exigência de tudo ou nada significa que progresso suficiente necessita ser feito sobre todas as questões principais ou nada será feito, e todas as

novas questões são incluídas no compromisso isolado. O compromisso isolado proporciona, portanto, uma apólice de seguro para a União Européia de que a Índia e outros países não bloquearão o início das negociações sobre política de concorrência e investimento ao recusarem-se a concordar sobre modalidades para essas conversações. Caso a Índia ou qualquer país tentasse bloquear essas negociações, isso permitiria ações recíprocas para suspender conversações em andamento sobre outras questões prioritárias para o país bloqueador. Toda a negociação da OMC afundaria rapidamente e a Índia seria implicada no crime da mesma forma que teria sido se bloqueasse unilateralmente o lançamento das conversações em Doha.

Por fim, a Declaração de Doha reconhece o fato básico de que os acordos comerciais criam oportunidades, mas não garantem vendas. Caso os países em desenvolvimento queiram beneficiar-se dos novos acordos em perspectiva, eles terão que ajudar a fortalecer seu gerenciamento macroeconômico, infra-estrutura econômica e capacidades administrativas. Muito do esforço necessário permanece fora da competência da OMC. Mas os ministros comerciais comprometeram-se em Doha a fornecer a necessária assistência técnica e estabelecimento de capacidades a países em desenvolvimento, de forma que possam participar totalmente e colher os benefícios da rodada de Doha. Esse apoio pode tornar as novas negociações da OMC uma proposição de ganhos totais para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. □

---

As opiniões expressas neste artigo são as do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

# FATOS E NÚMEROS

## COMÉRCIO DE MERCADORIAS GLOBAL E DOS ESTADOS UNIDOS

Principais Exportadores e Importadores do Comércio Mundial de Mercadorias, 2000  
(valores em bilhões de dólares e participação em percentual)

Exportadores	Valor	Participação	Importadores	Valor	Participação
Estados Unidos	781,1	12,3	Estados Unidos	1257,6	18,9
Alemanha	551,5	8,7	Alemanha	502,8	7,5
Japão	479,2	7,5	Japão	379,5	5,7
França	298,1	4,7	Grã-Bretanha	337,0	5,1
Grã-Bretanha	284,1	4,5	França	305,4	4,6
Canadá	276,6	4,3	Canadá	244,8	3,7
China	249,3	3,9	Itália	236,5	3,5
Itália	237,8	3,7	China	225,1	3,4
Países Baixos	212,5	3,3	Hong Kong	214,2	3,2
Hong Kong	202,4	3,2	Países Baixos	198,0	3,0

Fonte: Organização Mundial do Comércio, *Estatísticas Internacionais do Comércio 2001*.

Comércio de Mercadorias dos Estados Unidos por Região, 2000  
(valores em bilhões de dólares e participação em percentual)

Destino	Exportações		Origem	Importações	
	Valor	Participação		Valor	Participação
Mundo	781,8	100,0	Mundo	1257,6	100,0
Ásia	214,6	27,4	Ásia	469,3	37,3
Europa Ocidental	181,4	23,2	Europa Ocidental	248,5	19,8
América do Norte	179,4	22,9	América do Norte	238,4	19,0
América Latina	170,0	21,7	América Latina	216,0	17,2
Oriente Médio	19,2	2,5	Oriente Médio	40,3	3,2
África	11,0	1,4	África	28,5	2,3
C. / L. Europa / Estados Bálticos / CEI	5,9	0,8	C. / L. Europa / Estados Bálticos / CEI	16,6	1,3

Fonte: Organização Mundial do Comércio, *Estatísticas Internacionais do Comércio 2001*.

**Comércio de Mercadorias dos Estados Unidos por Economia, 2000**  
(valores em bilhões de dólares e participação em percentual)

Destino	Exportações		Origem	Importações	
	Valor	Participação		Valor	Participação
Canadá	178,9	22,9	Canadá	238,3	19,0
União Européia	165,2	21,1	União Européia	227,2	18,1
México	111,3	14,2	Japão	151,3	12,0
Japão	64,9	8,3	México	140,4	11,2
Coréia, Rep. de	27,8	3,6	China	103,3	8,2
<b>5 primeiros</b>	<b>548,2</b>	<b>70,1</b>	<b>5 primeiros</b>	<b>860,4</b>	<b>68,4</b>
Taiwan	24,4	3,1	Taiwan	41,8	3,3
Cingapura	17,8	2,3	Coréia, Rep. de	41,6	3,3
China	16,2	2,1	Malásia	26,4	2,1
Brasil	15,3	2,0	Cingapura	19,8	1,6
Hong Kong	14,6	1,9	Venezuela	19,2	1,5
Austrália	12,5	1,6	Tailândia	16,9	1,3
Malásia	10,9	1,4	Arábia Saudita	14,8	1,2
Suíça	10,0	1,3	Filipinas	14,4	1,1
Filipinas	8,8	1,1	Brasil	14,3	1,1
Israel	7,7	1,0	Israel	13,4	1,1
Tailândia	6,6	0,8	Hong Kong	11,8	0,9
Arábia Saudita	6,2	0,8	Índia	11,0	0,9
Venezuela	5,5	0,7	Nigéria	10,9	0,9
Argentina	4,7	0,6	Suíça	10,8	0,9
Rep. Dominicana	4,5	0,6	Indonésia	10,7	0,9
Turquia	3,7	0,5	Rússia	7,9	0,6
Colômbia	3,7	0,5	Colômbia	7,2	0,6
Índia	3,7	0,5	Austrália	6,6	0,5
Chile	3,5	0,4	Iraque	6,3	0,5
Egito	3,3	0,4	Noruega	5,9	0,5
África do Sul	3,1	0,4	Rep. Dominicana	4,5	0,4
Honduras	2,6	0,3	África do Sul	4,3	0,3
Costa Rica	2,5	0,3	Angola	3,7	0,3
Indonésia	2,4	0,3	Costa Rica	3,7	0,3
Emirados Árabes Unidos	2,3	0,3	Chile	3,4	0,3
<b>30 primeiros</b>	<b>744,7</b>	<b>95,3</b>	<b>30 primeiros</b>	<b>1191,8</b>	<b>94,8</b>

Fonte: Organização Mundial do Comércio, *Estatísticas Internacionais do Comércio 2001*.

## ☐ COMÉRCIO DE MERCADORIAS DOS ESTADOS UNIDOS POR PRODUTO, REGIÃO E PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS

(valores em bilhões de dólares)

	Produtos Agrícolas		Produtos Mínerais		Manufaturados		Produtos Têxteis	
	exp	imp	exp	imp	exp	imp	exp	imp
América do Norte	11,46	21,71	7,15	42,68	155,30	156,36	2,85	1,97
América Latina	12,62	17,68	8,38	46,55	141,34	142,45	5,19	2,01
Europa Oc.	11,28	11,78	5,03	17,62	153,64	204,75	1,39	3,28
C/L Europa/ Bálticos/ CEI	1,10	0,71	0,11	6,02	4,35	9,62	0,05	0,19
África	2,53	1,12	0,46	23,25	7,28	3,78	0,07	0,17
Oriente Médio	2,57	0,21	0,36	23,97	15,04	15,01	0,14	0,41
Ásia	29,01	13,49	6,31	7,52	173,20	437,12	1,27	7,68
Canadá	11,38	21,68	7,13	42,68	155,03	156,35	2,84	1,97
União Europ. (a)	10,02	10,81	4,71	12,68	142,90	190,50	1,32	2,73
México	7,61	6,52	6,09	14,64	92,64	113,12	3,78	1,60
Japão	14,74	0,67	2,20	1,04	46,35	145,36	0,28	0,62
China	2,37	1,50	1,03	1,30	12,56	99,28	0,12	1,89
Rep. da Coréia	3,53	0,38	1,12	0,87	22,55	39,66	0,15	0,95
<b>Mundo</b>	<b>70,87</b>	<b>66,70</b>	<b>27,80</b>	<b>167,61</b>	<b>650,16</b>	<b>969,11</b>	<b>10,95</b>	<b>15,71</b>

(a) Membros da UE: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia, Grã-Bretanha.

Fonte: Organização Mundial do Comércio, *Estatísticas Internacionais do Comércio 2001*.

# RECURSOS INFORMATIVOS

---

## PRINCIPAIS CONTATOS E SITES NA INTERNET

---

### GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

#### **Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos**

600 17th Street, N.W.  
Washington DC 20508, Estados Unidos  
Fone: 1-888-473-8787  
<http://www.ustr.gov/wto/index.shtml>

#### **Departamento de Agricultura dos Estados Unidos Serviço de Agricultura Internacional**

1400 Independence Avenue, S.W.  
Washington DC 20250, Estados Unidos  
Fone: (202) 720-1727  
<http://www.fas.usda.gov>

#### **Departamento de Comércio dos Estados Unidos Administração de Comércio Internacional**

14th Street and Constitution Avenue, N.W.  
Washington DC 20230, Estados Unidos  
Fone: (202) 482-5767  
<http://www.ita.doc.gov>

#### **Departamento de Estado dos Estados Unidos**

2201 C Street, N.W.  
Washington DC 20520, Estados Unidos  
Escritório de Assuntos Econômicos e Comerciais  
Fone: (202) 647-7971  
<http://www.state.gov/e/eb/>  
Escritório de Programas Internacionais de Informação  
<http://usinfo.state.gov/wto/homepage.htm>

#### **Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos Escritório de Programas de Pesticidas - Questões Comerciais**

1200 Pennsylvania Avenue N.W.  
Washington DC 20460, Estados Unidos  
Fone: (202) 260-2090  
<http://www.epa.gov/oppfead1/international/trade.html>

---

### FORA DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

#### **Centro Consultor sobre Legislação da OMC**

<http://www.acwl.ch>

#### **Federação Norte-Americana do Trabalho - Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO)**

<http://www.aflcio.org/globaleconomy/>

#### **Canadá - Departamento de Questões Externas e Comércio Internacional**

<http://www.dfait.gc.ca/tna-nac/WTO-MCD-e.asp>

#### **União Européia**

<http://europa.eu.int/comm/trade/>

#### **Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação**

Comércio Agrícola, Pesqueiro e Florestal  
<http://www.fao.org/trade/index.asp?lang=en>

#### **Instituto de Pesquisa de Política Alimentícia Internacional**

<http://www.ifpri.cgiar.org>

#### **Consórcio de Pesquisa sobre Comércio Agrícola Internacional**

<http://iatrcweb.org>

#### **Associação Nacional de Fabricantes**

<http://www.nam.org/>

#### **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico**

<http://www.oecd.org>

#### **Cidadão Público**

<http://www.citizen.org/trade/wto/index.cfm>

#### **Câmara de Comércio dos Estados Unidos**

<http://www.uschamber.org/international/default.htm>

#### **Organização Mundial do Comércio**

<http://www.wto.org/>  
Comitê Organizador de Doha  
<http://www.wtodoha.org>

---

---

## LEITURAS ADICIONAIS SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL E A OMC

---

Aaronson, Susan Ariel. *Taking Trade to the Streets: The Lost History of Public Efforts to Shape Globalization* (Levando o Comércio para as Ruas: A História Perdida dos Esforços Públicos para Moldar a Globalização). Ann Arbor, Michigan, Estados Unidos: The University of Michigan Press, 2001.

Audley, John e Ann M. Florini. *Overhauling the WTO: Opportunity at Doha and Beyond* (Revisão da OMC: Oportunidade em Doha e Além). Resumo Político nº 6. Washington DC, Estados Unidos: Fundação Carnegie para a Paz Internacional, 2001.  
<http://www.ceip.org/files/pdf/pb6-AudleyFlorini.pdf>

Bagwell, Kyle e Robert W. Staiger. *The WTO As a Mechanism for Securing Market Access Property Rights: Implications for Global Labor and Environmental Issues* (A OMC como Mecanismo para Assegurar os Direitos de Propriedade e Acesso ao Mercado: Implicações para Questões Ambientais e Trabalhistas Globais). *Journal of Economic Perspectives*, vol. 15, No. 3, verão de 2001, págs. 69-88.

Barfield, Claude E. *Free Trade, Sovereignty, Democracy: The Future of the World Trade Organization* (Livro Comércio, Soberania, Democracia: O Futuro da Organização Mundial do Comércio). Washington DC, Estados Unidos: AEI Press, 2001.

*Beginning the Journey: China, the United States, and the WTO. Report of an Independent Task Force Sponsored by the Council on Foreign Relations* (O Início da Jornada: a China, os Estados Unidos e a OMC. Relatório de uma Força-Tarefa Independente Promovida pelo Conselho de Relações Exteriores). Robert D. Hormats, presidente. Nova York: Council on Foreign Relations, Inc., 2001.  
<http://www.cfr.org/Public/pdf/ChinaTF.pdf>

Brown, Drusilla, Alan V. Deardorff e Robert M. Stern. *CGE Modeling and Analysis of Multilateral and Regional Negotiating Options* (Modelagem do CGE e Análise de Opções de Negociação Multilaterais e Regionais). Relatório de Discussão nº 468. Ann Arbor, Michigan, Estados Unidos: Universidade de Michigan, Faculdade de Política Pública, 2001.  
<http://www.fordschool.umich.edu/rsie/workingpapers/papers451-475/r468.pdf>

Cooper, Helene e Geoff Winestock. *Tough Talkers: Poor Nations Win Gains in Global Trade Deal, As U.S. Compromises* (Negociadores Difíceis: As Nações Pobres Obtêm Ganhos nas Negociações do Comércio Global, como Prometem os Estados Unidos). *The Wall Street Journal*, 15 de novembro de 2001, pág. A1.

Cooper, William H. *The WTO Doha Ministerial: Results and Agenda for a New Round of Negotiations* (A Cúpula Ministerial de Doha: Resultados e Agenda para uma Nova Rodada de Negociações). Relatório do CRS ao Congresso. Washington DC, Estados Unidos: Serviço de Pesquisa do Congresso, quatro de dezembro de 2001.

Dollar, David e Aart Kraay. *Trade, Growth and Poverty* (Comércio, Crescimento e Pobreza). Relatório de Trabalho do Departamento de Pesquisa Política do Banco Mundial nº 2615. Washington DC, Estados Unidos: Banco Mundial, 2001.  
<http://www.worldbank.org/research/growth/Trade5.htm>

Dunkley, Graham. *The Free Trade Adventure: The WTO, the Uruguay Round and Globalism - A Critique* (A Aventura do Livre Comércio: A OMC, a Rodada do Uruguai e a Globalização - uma Análise). Londres e Nova York: Zed Books, 2000.

Esty, Daniel C. *Bridging the Trade-Environment Divide* (Reduzindo a Distância entre Comércio e Meio Ambiente). *Journal of Economic Perspectives*, vol. 15, No. 3, verão de 2001, págs. 113-130.

Hanrahan, Charles E. *Agriculture in WTO Negotiations* (A Agricultura nas Negociações da OMC). Relatório do CRS ao Congresso. Washington DC, Estados Unidos: Serviço de Pesquisa do Congresso, sete de dezembro de 2001.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. *Towards More Liberal Agricultural Trade* (Rumo ao Comércio Agrícola mais Liberal). Resumo Político da OCDE, novembro de 2001.  
<http://www.oecd.org/pdf/M00022000/M00022532.pdf>

Escritório de Contabilidade Geral dos Estados Unidos. Organização Mundial do Comércio: *Issues in Dispute Settlement* (Questões de Solução de Disputas). Relatório GAO/NSIAD-00-210. Washington, DC, Estados Unidos: GAO, 2000.  
<http://www.gao.gov>

Weinstein, Michael M. e Steve Charnovitz. *The Greening of the WTO* (O Amadurecimento da OMC). *Foreign Affairs*, vol. 80, No. 6, novembro/dezembro de 2001, págs. 147-156.

Banco Mundial. " *Global Economic Prospects and the Developing Countries*" (Perspectivas Econômicas Globais e os Países em Desenvolvimento), 2002: " *Making Trade Work for the World's Poor*" (Como Fazer o Comércio Trabalhar para os Pobres do Mundo). Washington DC, Estados Unidos: Banco Mundial, 2001.  
<http://www.worldbank.org/prospects/gep2002/full.htm>

Organização Mundial do Comércio. Declaração Ministerial: adotada em 14 de novembro de 2001. Documento WT/MIN(01)/DEC/1. Conferência Ministerial, quarta sessão, Doha, Catar, 9 a 14 de novembro de 2001.  
[http://www.wto.org/english/thewto\\_e/minist\\_e/min01\\_e/mindecl\\_e.htm](http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm)

# **Perspectivas Econômicas**

*Volume 7*

*Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos*

*Número 1*

## **O COMÉRCIO NA ECONOMIA GLOBAL PÓS-DOHA**



**Janeiro de 2002**